

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATA
  - 1.1 – 48ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
  - 2.1 – Comissões
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 5 – ERRATAS



ATA

## ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2020

### Presidência do Deputado Carlos Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 6.312 e 6.365 a 6.377/2020 – Requerimento Ordinário nº 900/2020 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Saúde e dos Direitos da Mulher e do deputado Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite e Carlos Pimenta, da deputada Laura Serrano, do deputado Alencar da Silveira Jr. e da deputada Ana Paula Siqueira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência (2) – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 900/2020; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Professor Irineu, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.250/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Gabriela Gervason Reis, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.187/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de Estado adjunto de Saúde, solicitando a prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 6.002/2020, do deputado Leonídio Bouças. (– Prorrogação do prazo não concedida, nos termos do art. 7º da Deliberação nº 2.738, de 2020.)

Do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de Estado adjunto de Saúde, solicitando a prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 6.097/2020, do deputado Gustavo Mitre. (– Prorrogação do prazo não concedida, nos termos do art. 7º da Deliberação nº 2.738, de 2020.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.230/2020, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema e do Sr. Celso Penna Fernandes Júnior, promotores de justiça, solicitando a destinação de recursos financeiros por meio de emenda parlamentar para o desenvolvimento de projetos relacionados com os direitos das crianças e dos adolescentes e com o atendimento de vítimas de violência sexual. (– À Comissão de Saúde.)

**Orientações Gerais para a Reunião**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo chat online, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

### **2ª Fase (Grande Expediente)**

#### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

#### **REQUERIMENTOS**

Nº 6.312/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Vânia Maria da Silva Faria, ocorrido em 23/9/2020. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.365/2020, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Elias Caetano Ferreira, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Ipatinga – Aapi –, ocorrido em 30/9/2020, em Ipatinga. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.366/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a associação Arcoenses Ausentes pelas ações filantrópicas promovidas no Município de Arcos, que muito contribuem para o bem-estar social local. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.367/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Mídia Ninja pelo importante trabalho na defesa da democratização dos meios de comunicação, da liberdade de opinião e expressão e da transmissão de informações, previstas no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nº 6.368/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado e à Procuradoria-Geral da República – PGR-MPF – pedido de providências para que sejam averiguadas possíveis irregularidades constantes na minuta do acordo de cooperação técnica celebrada, em setembro de 2020, entre o Instituto de Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – com vistas à delegação da execução do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Formoso, Processo nº 02001.004881/2018-91, bem como sejam tomadas as providências cabíveis, se for o caso. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.369/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Procuradoria da República dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja realizada reunião com a comissão e autores da representação protocolada em julho nos referidos órgãos cujo tema consiste na fiscalização do empreendimento Usina Hidrelétrica de Formoso e dos direitos dos atingidos, uma vez que o citado empreendimento foi qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, o que justifica a gravidade e urgência do pedido.

Nº 6.370/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama – pedido de providências com vistas à suspensão da autorização de captura de material biológico conforme documento Abio nº 1.325/2020 à Sul-Americana de Metais S.A. – SAM –, por não constar do procedimento termo de referência, o que gera vício ao processo. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.371/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que seja dado seguimento, em caráter de urgência, ao julgamento dos processos nºs 057208019113-1 (sem andamento judicial desde 2008), 0003718-81.2012.8.13.0572 e 0000651-64.2019.8.13.0572, todos na Comarca de Santa Bárbara, bem como seja encaminhado o *link* para acesso ao vídeo da íntegra da 54ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a violação dos direitos da população da Comunidade de Vargem da Lua, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, atingida pela atuação da Mineradora Vale S.A.

Nº 6.372/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – pedido de providências para seja encaminhada uma orientação a fim de se suspenderem as ações possessórias bem como as reintegrações de posse contra as ocupações urbanas e rurais durante a pandemia, considerando-se que o desalojamento das famílias nesse momento de emergência de saúde ocasionada pela covid-19 viola princípios humanitários. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.373/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG –, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais – CAOPP –, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO Saúde – e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – pedido de providências para que o serviço de fornecimento de água e esgoto não seja interrompido em tempos de pandemia. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.374/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG pedido de providências para que seja interrompida a consulta com vistas à contratação de serviços técnicos necessários à estruturação e à implementação do processo de desestatização da Copasa-MG pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, no âmbito do acordo de cooperação técnica assinado em 5 de setembro de 2019. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.375/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja apurado o fato relevante apontado pelo Governo do Estado para proceder à privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, bem como se proceda por todos os meios à fiscalização do processo da auditoria a ser contratada pelo Estado, entendendo-se que não cabe ao governo, sem consulta pública, realizar tal ato unilateralmente, sob pena de causar dano ao erário e prejuízo a toda a sociedade. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.376/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os documentos enviados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – relativos à privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.377/2020, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de José Carlos da Silva, o Carlinhos do Hospital. (– À Comissão de Saúde.)

### REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 900/2020

Do deputado Celinho Sintrocel em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.090/2020, de sua autoria.

#### Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Saúde e dos Direitos da Mulher e do deputado Sávio Souza Cruz.

#### Oradores Inscritos

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Obrigado, Sr. Presidente, meu irmão, deputado Carlos Henrique. É uma alegria revê-lo, mas gostaria que fosse presencialmente. Quem sabe vamos poder dar um abraço. Não é o ósculo santo, porque aí também é demais, não é, meu irmão? (– Risos.) Mas o abraço deve ser possível, não é mesmo? Saudade do meu irmão.

O presidente – Também, da mesma forma, deputado.

O deputado João Leite – (– Falha na transmissão do áudio.) a vida do meu irmão, deputado Carlos Henrique, e de toda a família, viu?

O presidente – Igualmente, deputado.

O deputado João Leite – Deputado Carlos Henrique, gostaria de iniciar. Eu tenho três assuntos rápidos, e o primeiro é uma manifestação do Senado Federal em relação aos filhos abandonados dos hansenianos no Estado de Minas Gerais. V. Exa., eu e esta Casa homenageamos ou reconhecemos uma legislação, à qual demos o nome de Legislação do Perdão. Minas Gerais pedindo perdão, deputado Carlos Henrique, em razão da retirada das crianças das famílias que tinham hanseníase. As crianças eram separadas dessas famílias.

A Assembleia Legislativa, por legislação, determinou que o Estado pague uma indenização a essas pessoas. O Estado está tratando, as pessoas já se inscreveram, mas, de alguma forma, está havendo uma demora no pagamento dessas indenizações, trazendo insatisfação a essas pessoas que já sofreram tanto. Então, por iniciativa do senador Anastasia, do senador Rodrigo Pacheco e do senador Carlos Viana, eu peço a V. Exa. para fazer a leitura dessa carta dos senadores por Minas Gerais e solicito a V. Exa. que esta carta seja reconhecida nos anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

(– Lê:) “Ofício nº 352/2020, de 23/9/2020 – Brasília. Exmo. Sr. Romeu Zema Neto, governador do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte, Minas Gerais. Sr. Governador, a Lei Estadual nº 23.137, de 10/12/2018, assegurou o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política sanitária de isolamento compulsório vigente no país nas primeiras décadas do século passado. A inexistência de informação científica, à época, impôs a segregação como uma única saída, isolando o paciente do convívio social e familiar.

A patologia provocava graves males físicos e igualmente acarretou traumas irreversíveis aos familiares dos hansenianos. A Lei nº 23.137 busca, portanto, acertadamente, nos limites do seu alcance, atenuar a dor dessas crianças, hoje adultos e seniores, pela infância perdida.

Por meio dos Decretos nºs 47.560/2018 e 47.619/2019, esse último editado já na gestão do governador Zema, houve a regulamentação da lei mencionada com a criação da comissão de avaliação que definiu, posteriormente, os critérios e os procedimentos a serem adotados com vistas às indenizações.

É sabido que a Secretaria de Estado de Saúde, órgão responsável pela condução do tema, já disponibilizou aos interessados os formulários para a solicitação da indenização pelos danos causados. Isso posto, Sr. Governador, levando em consideração a anexa mensagem encaminhada pelo coletivo Somos Todos Colônia, nós, senadores de Minas Gerais, viemos solicitar especial atenção de V. Exa. para essa questão. Reiteramos a urgência dessa reparação justa, histórica e de caráter humanitário. Estamos certos de que esse governo encontrará, pelos motivos acima expostos e com a brevidade que o caso requer, os meios necessários para a célere conclusão dos processos de indenização de forma a assegurar o correto cumprimento de nossa legislação.

Na oportunidade, renovamos os nossos protestos de elevada consideração. Atenciosamente, Antonio Anastasia, senador, 1º-vice-presidente do Senado Federal; Carlos Viana, senador; Rodrigo Pacheco, senador”. É essa a missiva encaminhada pelos senadores de Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu queria aqui mencionar o nome da Mônica Abreu, grande liderança dessa luta em favor dos filhos segregados hansenianos. Espero que, o mais rápido possível, o governo do Estado possa reparar esse mal histórico contra essas crianças que hoje já se transformaram em adultos. Esse é o primeiro assunto. Quero agradecer a V. Exa.

O segundo assunto, Sr. Presidente, de que queria tratar é um caso lamentável. Nós, infelizmente, perdemos o presidente do nosso partido em Patrocínio, ex-vereador – e imagine, deputado Carlos Henrique – assessor do deputado Luiz Humberto. Imagine todos nós, que convivemos com o Luiz Humberto. A assessoria do deputado Luiz Humberto é composta de pessoas amáveis e tranquilas. Esse Cássio Remis, presidente do PSDB em Patrocínio, pré-candidato a vereador em Patrocínio, havia deixado recentemente a Assembleia Legislativa, convivendo conosco aí pelos corredores, nas comissões, assessorando o líder Luiz Humberto Carneiro. Ele gravava um vídeo nas ruas de Patrocínio, fazendo a denúncia de que aquele asfalto ia beneficiar a campanha do candidato a prefeito, candidato à reeleição. Nesse momento, o secretário de Obras intervém e toma o celular do presidente do nosso partido em Patrocínio. O nosso presidente busca reaver esse celular na secretaria e, num momento, ele toma um tiro, cai e toma mais dois tiros, ficando inerte no chão. Uma grande covardia!

O nosso país não permitiu a pena de morte, e nós vemos, em alguns casos, elas serem aplicadas de maneira terrível. Nós, que vivemos no Parlamento, assim como V. Exa., especialmente com a sua formação, formação de homem amável, de homem cristão, não estamos acostumados com uma reação como essa, uma reação violenta. Nós, em muitos momentos neste Plenário, tivemos situações de embate, mas tudo no nível da palavra, e não dessa maneira. O meu partido, do qual tenho a honra de ser o 2º-vice-presidente, enfim, estamos de luto. Foi uma violência muito grande contra todos nós. O presidente do PSDB de Patrocínio deixa viúva, deixa família; era um jovem ainda, com 37 anos, o nosso querido Cássio Remis.

Nós, então, estamos diante dessa dor profunda dentro do nosso partido. O presidente do nosso partido, deputado Paulo Abi-Ackel, marcou uma agenda com o governador hoje, às 16h30min, e levará essa situação para o governador. Isso é algo que tem que ter uma resposta muito contundente, deputado Carlos Henrique. Nós somos homens e mulheres do Parlamento desarmados; nós andamos pelas ruas, nós gravamos nossos vídeos, nós nos manifestamos na tribuna da Assembleia Legislativa, desarmados, andamos pelas ruas desarmados, cumprindo nosso papel constitucional de muitas vezes fazer críticas aos outros Poderes. A resposta não pode ser essa.

Estou muito triste, muito emocionado. O deputado Luiz Humberto, de luto, esteve no velório, no sepultamento do Cássio Remis. Dói em todos nós, do PSDB, a perda desse companheiro de 37 anos de idade. É algo, assim, lamentável. Nós esperamos uma resposta dura, contundente da segurança pública do Estado de Minas Gerais. Estamos atentos. O deputado Luiz Humberto já apresentou um requerimento da Comissão de Constituição e Justiça, que imediatamente foi encaminhado ao chefe da Polícia Civil, e nós estaremos atentos. Que a morte do meu companheiro Cássio Remis não seja algo sem preço; a sua morte tem de valer como ensinamento para todos nós no sentido de podermos conviver em paz, independente daquilo que pensamos, que falamos no momento em que nós somos oposição ou somos situação. Então, é um momento muito triste para nós.

Por fim, Sr. Presidente, queria falar da reunião que teremos da Comissão de Ferrovias. Nesta semana, tivemos uma grande vitória. O deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão Especial da PEC nº 43, definiu o relator da PEC, o deputado Gustavo Mitre. O vice-presidente desta comissão é o deputado Charles Santos. A PEC nº 43 é fundamental porque trará a possibilidade à Assembleia Legislativa de Minas Gerais de autorizar a utilização de linhas férreas abandonadas no Estado. Eu vou repetir: a PEC nº 43 autorizará a Assembleia Legislativa a dar condição para que empresas possam operar a malha ferroviária dentro do Estado de Minas Gerais. Nós, então, estamos muito ansiosos com a aprovação dessa PEC. Proximamente, queremos trazer o senador autor desta PEC em nível nacional, o senador José Serra, que vai autorizar em todo o país a utilização das ferrovias abandonadas.

É importante lembrar, Sr. Presidente, que nós vamos para a próxima antecipação de renovação de concessão ferroviária da MRS, e depois virá a da VLI, que pretende abandonar em Minas Gerais de 1.500km a 2.000km de ferrovias. A Assembleia Legislativa, neste momento, então, se prepara para que não aconteça o que aconteceu em relação à FCA, que abandonou a linha de Belo Horizonte ao Porto do Açú, passando por Ouro Preto e Viçosa, e pagou uma multa que agora está em quase R\$200.000.000,00 – não sei; e R\$1.200.000.000,00 estão entrando no caixa único do governo federal. Então, é muito importante a PEC nº 43, que vai resguardar todos esses trechos do Estado de Minas Gerais.

Por fim, quero convidar todos as companheiras e companheiros, minhas colegas e meus colegas: amanhã, às 14 horas, teremos uma reunião extraordinária da Comissão de Ferrovias e receberemos o Dr. Jairo Cordeiro, mineiro de São João del-Rei e secretário de ferrovias do Tribunal de Contas da União. Nós queremos indagar ao secretário como está a preparação para a próxima antecipação da MRS e como ficou o acórdão em relação à Vitória a Minas. O que Minas Gerais receberá efetivamente de R\$14.000.000.000,00? Então, amanhã, às 14 horas, estaremos aí, presencialmente, na Assembleia Legislativa e receberemos então o Dr. Jairo Cordeiro, secretário de Ferrovias do Tribunal de Contas da União. Temos uma pauta e uma agenda extensas. Receberemos o senador José Serra e vamos continuar o trabalho das ferrovias, sonhando com a retomada ferroviária do Estado de Minas Gerais.

Desculpe-me, querido irmão, deputado Carlos Henrique, por tomar tanto do seu tempo, mas achava importante trazer essas informações para o conjunto da Assembleia Legislativa. Um grande abraço. Eu vi o irmão tomando um cafezinho e me deu saudade de tomar um café aí, na Mesa da Assembleia Legislativa. Um grande abraço a todos. Muito obrigado, querido irmão deputado Carlos Henrique.

O presidente – Obrigado, deputado João Leite, sempre trazendo para esta Casa o conhecimento da população mineira, matérias importantes, discussões relevantes. Traz esse triste relato e registro, como membro do PSDB, desse assassinato tão brutal do Cássio Remis, que parte de forma tão prematura, com uma carreira profissional, política, brilhante pela frente. De forma tão violenta, tem a sua vida ceifada. Mas nós confiamos na postura das autoridades competentes, da Justiça, a fim de realmente se fazer justiça. Duas famílias sofrem: a família do autor do crime e a família da pessoa vitimada. Realmente é uma grande tragédia que se abateu em nosso estado, na cidade de Patrocínio. Um forte abraço, querido amigo deputado João Leite.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, meu caro amigo, companheiro deputado Carlos Henrique!

O presidente – Boa tarde, xará!

O deputado Carlos Pimenta – Em sua pessoa, quero cumprimentar as assessoras e os assessores da Assembleia de Minas e os deputados que estão aí acompanhando esta sessão.

Primeiro, quero agradecer muito ao deputado João Leite por ter nos dado a oportunidade, aqui em Minas Gerais, de discutir esse tema fundamental para o nosso estado, que é o sistema de transporte ferroviário. O João Leite fez, talvez, um dos trabalhos mais sensacionais que nós tivemos em toda a história da Assembleia Legislativa de Minas. Nós vamos discuti-lo através de uma PEC. Tive a honra de poder ser escolhido pelos companheiros para presidir essa PEC, tendo ao nosso lado o deputado Charles, como vice-presidente, e o deputado Gustavo Mitre, que também estará nos auxiliando. Será o relator dessa matéria tão importante. Teremos

outros deputados, como o Doorgal Andrada, como a Marília Campos e vários outros deputados, para que a gente possa, num tempo exíguo, fazer essa discussão, que é uma discussão fundamental para Minas Gerais.

Agradeço muito a confiança do João Leite. Não sei se vou estar à altura de dar continuidade ou, pelo menos, colocar em prática esse trabalho sonhado por ele, idealizado por ele, em várias reuniões, trazendo para Minas Gerais pessoas importantes. Todas elas reconhecem que, aqui em Minas Gerais, se a Assembleia não tivesse dado esse passo, se nós não estivéssemos preocupados em dar normatização ao sistema ferroviário, principalmente a essas linhas abandonadas e às que serão entregues agora por grandes empresas que tiveram oportunidades, durante décadas, de modernizar o nosso sistema ferroviário, mas, pelo contrário, usaram um sistema arcaico, um sistema muito obsoleto, e não procuraram modernizar, não procuraram colocar o sistema ferroviário de Minas Gerais no local que permite...

Essa PEC é muito importante, porque cabe à Assembleia ter essa responsabilidade na mão de mudar a nossa Constituição e dar permissão e autorização para a utilização dessas linhas que estão abandonadas. Só para se ter uma ideia, nós temos aí, de Belo Horizonte até a Bahia, a famosa linha do trem baiano, que tanto serviu à nossa população. Quantos passageiros saiam daqui e percorriam por Capitão Enéas? Passavam pela Serra Geral, por Catuti, por várias outras cidades, em direção à Bahia.

Durante décadas isso aconteceu, e, de repente, abandonaram tudo isso, não se ouviu falar mais nada, não se viu nenhuma ação, e, mal-mal, elas são usadas para o transporte de cargas, uma vez ou outra. Sem aquela preocupação de modernizar, de comprar novas máquinas, de ajustar esse sistema.

Aqui em Montes Claros, meu caro Carlos Henrique, meu caro João Leite, temos a linha antiga que atravessa todo o coração de Montes Claros, que passa pelo centro de Montes Claros. São quilômetros e quilômetros de linhas que sítiam bairros, que dividem áreas populacionais importantes, que causam incidentes, que causam preocupação, que atrapalham o sistema administrativo da nossa cidade. Essa linha já não era para existir há muito tempo. Ela deveria ter sido desviada de Montes Claros, mas eles iam investir como? Com que incentivo fariam isso para criar o desvio para fora da cidade e para ceder esse corredor para a prefeitura construir ali uma grande avenida de integração da nossa querida Montes Claros? Isso acontece em todas as cidades. Elas passam no meio de Capitão Enéas e de várias outras cidades, e a gente está vendo aí que era necessário...(- Falha na transmissão do áudio.) para poder fazer a discussão, e Minas Gerais dorme no seu berço esplêndido, esperando que essas empresas pudessem ter a grandeza de poder fazer, modificar e modernizar.

Então, João, sei que você está me ouvindo, e vamos procurar fazer o que for necessário e possível e também vamos agilizar a votação dessa PEC. Acredito que vamos poder contar plenamente com toda a Assembleia de Minas para que a gente possa organizar isso aí.

Vejam bem, vou ler apenas um pequeno trecho que a Assembleia escreveu ao noticiar a eleição do presidente, do vice-presidente e do relator. A Assembleia escreveu o seguinte: “Essa PEC vai fortalecer o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado”. Minas Gerais tem a grande oportunidade, principalmente nesse período de pós-pandemia, de encontrar alternativas para que a gente possa trazer o desenvolvimento e o crescimento para o nosso estado, apresentando propostas importantes. Aliás, eu já havia falado que o desenvolvimento de Minas, a recuperação socioeconômica e financeira de Minas Gerais vai passar pelo Norte de Minas, e um dos pontos cruciais para isso é a recuperação do nosso sistema ferroviário.

Essa PEC vai promover a elaboração de um plano estratégico de transporte, que contemple todas as modalidades de transporte. Vejam bem, precisamos que haja uma integração entre o transporte rodoviário e o transporte ferroviário. Além do mais, o transporte aquaviário, que é feito sob as águas, e temos o nosso Rio São Francisco, precisa de um desassoreamento do Rio São Francisco, em alguns trechos, para que aquelas balsas grandes voltem novamente a circular, levando alimentos, levando a produção mineral, e fazendo uma integração do Norte de Minas com a Bahia.

Então temos aqui a grande oportunidade de articularmos essa integração com os planos federais e municipais. Minas Gerais parece que é uma ilha, e ninguém tem os olhos voltados para essa ilha, na questão ferroviária, seja qual for o governo. Pois é, Minas Gerais tinha a maior rede de transporte rodoviário e a maior rede de transporte ferroviário, e ninguém fazia nada com isso.

Agora vamos pegar para valer essa PEC. Vamos votá-la, aperfeiçoá-la e apresentar as nossas impressões. Também vamos convidar autoridades para nos auxiliar e depois votar essa PEC. A Assembleia passa a ter uma posição estratégica porque isso vai passar pela permissão e pela autorização dela. Aliás, o João citou aí a VLI, esta empresa que, dentro de algum pouco tempo, vai entregar cerca de 1.500km a 2.000km de ferrovia.

Vejam bem! Se a gente não ficar atento, se a gente não ficar aí procurando fazer uma união dessas redes ferroviárias com empresas que querem verdadeiramente desenvolver Minas Gerais... O governo Zema tem essa vocação para o desenvolvimento, para a integração. É um governo que caladamente, silenciosamente, está promovendo essa grande modificação em Minas Gerais. Então ele terá em suas mãos essa peça importante fornecida pela Assembleia de Minas para que a gente possa dar as autorizações, para que a gente possa dar as permissões. E isso não pode ser para amanhã, não, Carlos Henrique! Isso tem de ser para ontem. Agora mesmo a gente viu a construção de uma grande empresa de extração minerária de ferro na cidade de Grão-Mogol. A ideia era fazer o mineroduto para levar o ferro, mas levaram a nossa água. Agora parece que já mudaram de opinião e querem construir um ferroduto, levando o ferro do Norte de Minas para a Bahia, para o Porto de Ilhéus. Vai ser uma mudança sensacional, uma mudança fundamental para que a gente tenha isso concretizado. No Jequitinhonha, a maior jazida de lítio do mundo vai ser explorada lá, vai ser comercializada. Por que não essas empresas fazerem um intercâmbio entre a rodovia e a ferrovia para a gente poder exportar esse lítio para o mundo todo?

Eu estou muito empolgado com isso, vou fazer o melhor que eu puder para que a gente possa ter essa PEC votada em tempo recorde, mas com uma discussão bem aprofundada. Nós queremos convidar o governo Zema para participar. Eu não vou abrir mão, em hipótese alguma, da presença do deputado João Leite em todas as discussões dessa PEC, para que a gente possa ver o seu sonho concretizado. Eu fico muito feliz, meu caro amigo e irmão João Leite, porque nós entramos aqui na Assembleia juntos. Temos sete mandatos, já são vidas que nós vivemos aqui. Eu vou ajudá-lo não a concretizar o sonho, mas a tornar realidade uma realidade esquecida, que já existia aqui e que ninguém se atentou para ela, a não ser V. Exa. Contem comigo para valer. Fico muito honrado por ser escolhido presidente da comissão dessa PEC e muito honrado por ter a confiança dos pares, da Casa legislativa e principalmente por esse grande homem que tem um coração maior do que a sua estatura, que é o deputado João Leite, idealizador dessa PEC que vai se transformar em realidade em breve. Muito obrigado a todos.

O presidente – Nós que agradecemos, deputado Carlos Pimenta, e temos a plena convicção de que V. Exa., ao lado do deputado João Leite, fará um trabalho belíssimo sobre esse assunto que é tão importante para o Estado de Minas Gerais do ponto de vista da sua economia. Está em excelentes mãos o trabalho desta comissão. Parabéns aos dois queridos amigos!

Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas parlamentares! Hoje o meu assunto aqui é sobre a educação e sobre a volta às aulas. Mas eu não poderia deixar de usar o início da minha fala para também parabenizar o deputado João Leite e o deputado Carlos Pimenta por esse trabalho tão importante no desenvolvimento do sistema ferroviário do nosso estado, para que a gente possa resgatar as ferrovias mineiras, que são inclusive o sistema mais eficiente que a gente pode ter para o transporte de muitos tipos de cargas. Então todo esse trabalho que vem sendo desenvolvido é muito importante, e eu não poderia deixar de mencioná-lo aqui.

Mas, como eu disse, Sr. Presidente, o meu assunto hoje é sobre educação, é sobre o retorno às aulas presenciais, é sobre a necessidade da volta às aulas presenciais, claro que, com toda segurança, preservada a saúde dos nossos alunos, dos professores, dos pais e de toda a comunidade escolar. Tivemos uma coletiva de imprensa do governo de Minas, na última semana, autorizando, através

da entrada da educação nas ondas do Minas Consciente, aqueles municípios que estiverem na onda verde do programa a retomarem as aulas presenciais. Essa autorização se estende a escolas públicas da rede pública estadual e municipal e também a escolas privadas. É importante deixar claro que é uma autorização, não é um movimento obrigatório, até porque quem tem autonomia para definição dessas questões é o município, são os prefeitos – nos municípios a gente sabe que existem realidades diferentes.

Mas eu comemoro muito a entrada da educação nas ondas do Minas Consciente, porque, antes, a educação estava apartada das ondas desse programa, que é um programa tão sério, tão responsável. É um programa que toma as decisões com base em dados, com base em evidências, em que a gente avalia não só os impactos benéficos das atividades como um todo da sociedade, mas também os possíveis riscos envolvidos e a avaliação dos dados epidemiológicos – curva de contágio, taxa de transmissão, capacidade de o nosso sistema de saúde absorver possíveis casos, leitos disponíveis.

Então, um retorno às aulas associado ao programa Minas Consciente é um passo extremamente importante, porque ele atrela, de forma muito clara e muito técnica, uma possibilidade de retorno naqueles casos em que já existe uma segurança, em que já existem inclusive os protocolos sanitários que foram divulgados recentemente para que essas escolas estejam bem preparadas para receber os nossos alunos de volta.

Então, queria falar sobre esse assunto dessa autorização, através do Minas Consciente, da inclusão da educação no Minas Consciente, em que os municípios da Onda Verde estão agora autorizados, conforme a sua avaliação e seguindo, sem dúvidas, todos os protocolos sanitários necessários prescritos pelas autoridades competentes. Nós temos o protocolo de saúde emitido pela Secretaria de Estado de Saúde, nós temos as regulamentações do Conselho Estadual de Educação. Estão todos trazendo protocolos, medidas importantíssimas para que a gente faça esse retorno de forma muito responsável e para que a gente não se descuide da educação das nossas crianças. A gente fala tanto da questão dos serviços essenciais, e eu enxergo a educação como um serviço extremamente essencial. A educação é fundamental para que a gente desenvolva o pleno potencial das nossas crianças, dos nossos jovens e para que a gente tenha as transformações e as evoluções que a gente tanto busca na nossa sociedade em termos de melhoria de qualidade de vida para todos. A educação é o que garante igualdade de oportunidades.

Então, nesse ponto, Sr. Presidente, eu queria aproveitar para trazer também alguns dados importantes. A gente fez uma pesquisa: dentre todos os países do mundo, dos 193 países do mundo, 134 suspenderam as suas aulas durante a pandemia. Então, nesses meses de pandemia, a gente vê que muitos países, 134 dos 193, suspenderam as suas aulas em algum momento. Se a gente avaliar o período de março a agosto de 2020, mais de 1 bilhão – estou falando de 1 bilhão – de crianças e jovens ficaram longe da escola. Esses dados foram divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef. Imagine o prejuízo em termos de mundo: mais de 1 bilhão de crianças fora da escola em algum momento. Isso foi necessário? Foi necessário, sem dúvida. Foi uma medida muito importante a questão do isolamento, do distanciamento social durante algumas fases dessa pandemia que o mundo vem vivendo. Mas a gente já chega a um momento em que, mais uma vez, a gente não pode se descuidar da educação; ela é um serviço essencial. E a gente já está num momento da realidade de Minas em que os dados epidemiológicos, a taxa de transmissão, a curva de contágio estão de estável para decrescente, e tudo isso demonstra que hoje a gente já tem um quadro razoável para retornarem as aulas no nosso estado, para que as crianças tenham acesso à educação. Lembro, por exemplo, que muitas das crianças estão em fase de alfabetização. A alfabetização é fundamental inclusive para que essas crianças assimilem os conteúdos que vão vir nos próximos anos. Então privar os nossos alunos, as nossas crianças de voltar a esse ensino presencial de uma forma segura gera prejuízos incalculáveis em termos de sociedade.

Eu sempre cito aqui, mas gosto de citar mais uma vez o trabalho do Prof. James Heckman, da Universidade de Harvard, que é prêmio Nobel de economia e que tem esse Nobel com base no estudo que fez dos impactos dos investimentos na primeira infância. Então tudo que é investido na primeira infância, de 0 a 6 anos, nas idades tenras, nos nossos mais jovens, a eficiência do

investimento desse recurso é mais do que gigantesca, porque você consegue ter um retorno para a sociedade de até 17 vezes, em termos de melhoria de qualidade de vida, de educação, de saúde e de segurança.

Então, mais uma vez, a gente tem que ter em mente que é uma pandemia muito grave, a gente ainda vive a necessidade de diversos cuidados importantes e por isso temos protocolos sanitários rigorosos a serem seguidos nesse retorno às aulas, mas a gente não pode deixar a educação de lado. Aí eu quero voltar aos números. Com os índices de transmissão agora cada vez mais (– Falha na transmissão do áudio.), a gente vê que, dos 134 países que mencionei, que interromperam as suas aulas em algum momento dessa pandemia, 105, ou seja, quase 80% dos países que interromperam as aulas já retomaram ou iniciaram o processo de tentar essa retomada das aulas desde o mês de julho, e a gente inclusive tem espaços e tentativas nesse sentido aqui no Brasil.

Como eu disse, mais uma vez, é importantíssimo que tudo isso seja feito com muita responsabilidade. A premissa básica é, sem dúvida, a saúde e a segurança dos nossos alunos, dos estudantes, dos professores, dos diretores, da comunidade escolar, dos pais, mas não é porque a gente precisa cuidar da vida e da saúde que a gente vai descuidar da educação, porque a educação faz parte da vida e inclusive é fundamental para que a gente tenha essas crianças desenvolvendo seu pleno potencial. A gente tem uma série de desafios durante esse período de pandemia, houve aumento de violência doméstica, a questão da alimentação das crianças em situação de maior vulnerabilidade, que, muitas vezes, dependem da escola.

Obviamente, várias medidas foram tomadas, inclusive medidas importantíssimas foram tomadas por esta Casa Legislativa, pelos parlamentares da Assembleia de Minas, pelo governo de Minas, para que a gente pudesse dirimir esses efeitos negativos, mas eu acredito, de forma muito consciente, que a gente está num momento em que é necessário retomar, aos poucos, de forma gradual, seguindo todos os protocolos, mas é extremamente necessário que a gente retome o pleno processo educacional das nossas crianças, com esse link de ensino-aprendizagem entre aluno e professor de forma presencial, com muito cuidado.

Mais uma vez, a inclusão da educação no programa Minas Consciente, garante que nada é feito com base no achismo ou com base em questões abstratas. Incluir a educação no Minas Consciente é garantir que, naqueles municípios, naquelas macrorregiões de saúde onde há condições para que essa retomada seja feita com todos os cuidados e os protocolos necessários para isso, a gente garanta a continuidade dos estudos das nossas crianças, para que a gente não gere mais prejuízos do que os que foram necessários durante esse período de isolamento e de distanciamento social.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, eu queria só agradecer aqui a atenção de todos os parlamentares e dizer dessa importância de a gente focar na educação básica, que é o motor de transformação para que a gente tenha cada vez melhores oportunidades para todos na nossa sociedade, para que a gente tenha melhores resultados, para que a gente tenha melhor qualidade de vida para os mineiros. E é importante que a gente comece a entender como é fundamental e como é também uma atividade extremamente essencial a educação e, principalmente, a educação básica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Laura Serrano. Convido agora o sempre presente e atuante deputado Alencar da Silveira Jr. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Apesar de o Rodrigues achar que não, não é, presidente? Apesar de o Rodrigues falar: “Alencarzinho, você não está no seu gabinete”. Mas eu não estou no meu gabinete porque a Assembleia ainda se encontra fechada. Eu despacho no meu gabinete, mas ele ainda está sendo reformado, no Edifício Tiradentes.

Presidente, quero colocar duas coisas. Ontem o governo federal, os ministros do Supremo votaram favoráveis às loterias dos estados. O Supremo dá vitória aos estados. Então está na hora, agora, de o governo Zema pensar que nós temos que intensificar mais as loterias, já que poderão ser feitos todos os jogos que eram feitos no monopólio que havia da Caixa. Então está na hora, agora, de pensar.

E um dado que eu vou solicitar que o governo corrija, no seu Portal da Transparência, Sr. Presidente. O Portal da Transparência coloca que a Loteria do Estado de Minas Gerais arrecadou, de janeiro a julho, R\$72.000.000.000,00 – bilhões, Sr. Presidente. E qualquer um que entrar aí agora vai ver que isso é um absurdo, que não pode. Não pode é quando não há isso. Então, no Portal da Transparência do governo do Estado de Minas Gerais – fica minha homenagem hoje, até com a camisa da cor do Novo –, não pode acontecer isso. A Loteria nunca teria esse dinheiro. Eu tenho até vontade de chamar o presidente da Loteria aqui para falar: “Onde você colocou os R\$72.000.000.000,00, que estão no Portal da Transparência?”. Não existe esse recurso, Sr. Presidente. Nós queremos deixar bem claro que não existe esse recurso. A Loteria arrecadou R\$10.000.000,00. Por quê? Porque não existem jogos dentro da Loteria, existe só um contrato com a Intralot, e esse contrato está vencendo. Aí eu quero lembrar também que nós vamos ter uma avalanche de empresas do mundo inteiro tentando acertar os jogos dentro da Loteria do Estado de Minas Gerais.

E é hora de a gente pensar que a Caixa Econômica não poderia continuar com esse monopólio todo. O mineiro ainda tem que lembrar que a tirinha da Mineira só sai para Minas, para as mineiras e para os mineiros. Então está na hora de a Loteria, de o secretário de Fazenda – apesar de carioca – lembrar que não adianta ficar só com o grupo carioca, olhando – não é, secretário? – a Loteria do Estado de Minas. Está na hora de pensar que tem que modernizar, tem que melhorar, tem que criar novos métodos, porque é uma arrecadação para aplicar no social. E aí nós vamos voltar a atender as entidades todas para as quais a Loteria foi feita.

A Loteria é uma coisa importante. Nesses anos todos em que há a Loteria, foi feito o Mineirão, foram feitos hospitais, foi feito um trabalho social muito grande. E é um absurdo o que acontecia antes, que o próprio bilhete da Loteria Mineira não pode ser vendido dentro das casas da Caixa Econômica Federal. Está na hora da Loteria de Minas criar uma rede lotérica para ela, gerando emprego, desenvolvendo o Estado, e ali vendendo os seus jogos. E são jogos que estão aí em todas as lojas, jogos esses que a gente tem a necessidade da legalização.

Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizar o João Leite, que vem fazendo um belo trabalho. Já fez reuniões em Itabirito, em Ouro Preto, sobre as ferrovias. E quero lembrar também o seguinte: nós temos a condição também, em Minas, de criar as hidrovias, em que o Sul de Minas vai poder levar até o Porto de Santos, pelo rio, Sr. Presidente, a produção agrícola. Então está na hora de pensar em ferrovia. Nós temos que ajudar e parabenizar o João Leite e toda a equipe, a Marília e todos aqueles que fazem parte. Parabenizar e lembrar que um projeto de hidrovia para o Sul de Minas, para os rios do Sul, tem que acontecer.

Quero também, na oportunidade, falar das escolas particulares, Sr. Presidente. Nós fizemos um projeto logo no início da pandemia. E fomos muito criticados pelos donos de escolas em Minas Gerais, em Belo Horizonte. O pessoal de Contagem ligou bravo, falou, e tudo o que eu falei, há cinco meses atrás, está acontecendo agora. Escolas fechando, escolas quebrando e sem dinheiro para pagamento de professores.

E a minha preocupação naquela hora era com as escolas e com os pais de alunos, Sr. Presidente, mas não foi entendido dessa maneira. O sindicato foi contra porque queria o deputado Alencar da Silveira Jr. aprovando na Assembleia de Minas uma redução no preço das mensalidades. E, em contrapartida, o governo de Minas abriria um crédito especial no BDMG, único e exclusivamente, para as escolas arcarem com o salário dos professores e fazerem a manutenção. Porque todo mundo fala: “Não, isso vai passar rápido, isso não vai contar. É só um, dois meses. Nós vamos voltar”. E hoje é isso o que está havendo.

Estou recebendo donos de escolas falando assim: “Alencar, me ajude!”. Gente, eu tentei ajudar. Coloquei um projeto em que nós iríamos dar o desconto para os alunos e nesse teria que buscar uma linha especial de crédito. O governo era obrigado a dar essa linha de crédito aos proprietários das escolas infantis, pré, faculdade, enfim, o que fosse. Ninguém estava aguentando na hora de pagar, não. Resultado: tiraram os meninos das escolas, principalmente da pré-escola – escola que os meninos iniciam – e deixaram de pagar. A inadimplência aconteceu e o governo não ajudou. Se o projeto do deputado Alencar tivesse sido aprovado teria a contrapartida do BDMG.

Tenho ainda um tempo aí, Sr. Presidente? Estou lembrando das escolas e quero lembrar também agora que nós temos que começar catando um fundo eleitoral partidário. Olhe como é injusto: o deputado estadual não pode indicar um centavo nesse fundo eleitoral – o que eu particularmente acho um absurdo. Mas nós temos que fazer um movimento nacional. Por que só deputado federal tem que colocar o seu prefeito para vereador e usar esse fundo partidário? Isso tem que acabar, Sr. Presidente. Eu acho que o deputado estadual disputa eleição da mesma forma e tem que ajudar, sim, os prefeitos, os vereadores. Então está na hora de um movimento nacional, e nós vamos começar por Minas Gerais.

Outra coisa, o juiz ganha para trabalhar no dia da eleição, o cabo eleitoral ganha, o prefeito paga e a gráfica ganha, mas o mesário que vai ficar ali exposto é voluntário. Ora, tem que acabar com isso. Se a indústria das eleições continuou... E eu sempre falei, Sr. Presidente, nós temos que unificar as eleições no Brasil, não podemos ter eleições de dois em dois anos. Por que eles fizeram essa eleição? Porque o juiz e o promotor vão receber o dinheirinho lá para trabalhar para fazer a eleição. Também tem o juiz eleitoral.

Olhe aqui, eleitor de Minas Gerais, não era a hora de fazer eleição este ano. Nós não poderíamos ter eleições este ano. Nós estamos com a pandemia ainda e vamos ter o risco de aglomeração no dia 15 de novembro. Era hora de unificar as eleições para daqui a dois anos, Sr. Presidente. Manter aqui, não é prorrogar, é unificar, votar de presidente da República a vereador, pegar esse dinheiro do fundo partidário que o PT recebeu R\$200.000.000,00, o outro recebeu R\$100.000.000,00, o PDT recebeu R\$100.000.000,00. O dinheiro todo do fundo partidário poderia estar sendo aplicado na saúde e na educação.

É incrível, Sr. Presidente! Por que o Brasil não pensa nisso? Era hora de unificar. Daqui a dois anos teríamos, sim, a eleição de prefeito, de vereador, de deputado estadual, deputado federal, senador da República, presidente da República, tudo junto. Olhem quanto nós estaríamos economizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que eu criei há vinte e tantos anos. Justamente para mostrar o que acontece aqui dentro.

Então, Sr. Presidente, é isso que a gente perdeu, que nós perdemos. E o que está acontecendo hoje era o que iria acontecer daqui a 10, 20 anos. Nós estamos nos reinventando, nós estamos fazendo diferente. Vamos fazer diferente, Sr. Presidente. Então, era hora também de o Brasil pensar. Tinha que ter unificado as eleições. Mas não, não. O ministro do Supremo e o pessoal do eleitoral aí falou: “Nós não podemos perder a boquinha de fazer as eleições este ano, porque o eleitoral lá vai receber tanto”. Quanto o senhor acha, Sr. Presidente, que custa uma eleição no Brasil? Quanto é que custa uma eleição no Brasil? Quanto ganham os juízes? Quanto ganham os promotores? Quanto ganha a televisão? Se estão achando que é de graça, gente, o horário político, não é, não. É pago, Sr. Presidente. Não é um horário político gratuito. De gratuito não tem nada. Ali é pago. A TV e a rádio recebem pelo horário político. O juiz recebe para estar trabalhando, e o mesário, nem um pão de queijo, e ainda vai correr o risco oriundo da pandemia. É um absurdo este Brasil. Isso tem que mudar.

Vamos voltar aqui, Sr. Presidente, para finalizar e lembrar o seguinte a todos os amigos da educação. O Brasil é muito esquisito. Como nós falávamos aqui, nós estamos tendo aula virtual. Só que, na aula virtual, quando o professor começa a falar, o menino deita e fica dormindo, ou faz uma coisa, faz outra coisa. O menino não presta atenção, não fica frente a frente com a câmara, como nós ficamos aqui, porque V. Exa. tem aí um monitor com todos os deputados que estão participando desta sessão. O senhor está vendo, por exemplo, o deputado Hely Tarquínio com a janela aberta atrás dele, uma janela clara e aberta, dando sombra nas costas dele. Na hora em que ele for falar, vai aparecer mais as costas dele do que... Então, V. Exa. está vendo todos os companheiros, como o deputado João Leite, o deputado Carlos Pimenta, que já falou. V. Exa. está acompanhando todos os deputados aí. Agora o Hely está até melhorando a câmara dele.

Então, o que acontece, Sr. Presidente? Tinha que ter feito isso nas escolas. O menino tinha que estar prestando atenção. Olha, nós tivemos aula virtual em todas as cidades, em todas as escolas do mundo afora. A deputada Laura falou aí, agora, quantos países estão sem aula, mas estão com aula virtual.

Então, olha aqui, Sr. Presidente, o sistema era só um. Se V. Exa. chegar hoje a uma escola... Vamos nos lembrar de uma escola de Belo Horizonte: Loyola. Quando o professor começa a falar, o menino coloca presença, e aí, depois de 20 minutos, ele dá a presença; depois ele dá mais uma presença, mas ele não presta atenção na aula. Agora, se V. Exa., os deputados todos e os telespectadores da TV Assembleia forem à Escola Americana aqui, de Belo Horizonte, verão outra situação. A Escola Americana está com aula virtual. Ela começa às 8 horas da manhã, acaba às 11 horas ou ao meio-dia, mas o garoto tem que ficar frente a frente com a câmara, prestando atenção. O professor tem o monitor ali, e todos os alunos estão participando. Todos os alunos. V. Exa. tem um monitor aí e vê todos os deputados que estão participando, frente a frente com a câmara. Agora os alunos, não. O aluno liga, deixa o professor falando e vai dormir. O aluno liga, deixa o professor falando e fica olhando o telefone celular.

É o Brasil, é o Brasil que a gente tem que mudar. Era fácil. Se o professor está dando aula e se o garoto tinha que estar na frente do seu computador ou do seu telefone ou vendo pela internet, o que fosse... Infelizmente a camada mais carente ficou sem aula. Essa não tem nem como, porque a meninada não conseguiu. Não fizeram um convênio. O governo de Minas não fez um convênio com a Abramulti, que é a associação dos provedores, e todas as cidades hoje têm um provedor que paga um preço mais caro pelo poste do que a Oi e a Claro. O governo de Minas não fez. Poderíamos estar com a internet, com os provedores gratuitos em toda Minas Gerais se o governo tivesse feito um convênio com a Abramulti; um convênio para a meninada ficar na aula de frente para o vídeo, prestando atenção no que o professor estiver falando nas suas aulas.

Para finalizar, presidente, gostaria de agradecer e lembrar o seguinte: existe jeito, falta a boa vontade: unificar as eleições e fazer a cobrança de manter os alunos na frente do monitor, como V. Exa. faz aí com os deputados. Com isso, o Brasil está cada vez melhor.

Um abraço a todos. Que Deus continue nos protegendo. Olha aqui: a Assembleia continua sendo uma Assembleia exemplar, dando exemplo para todas as assembleias do Brasil. Nós não fechamos nem um dia, nós estamos trabalhando; remotamente ou não, estamos trabalhando e prestando serviço para a população. Daqui a pouco vou estar aí também, presidente. Um abraço.

O presidente – Um abraço, colega deputado Alencar da Silveira Jr. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas, colegas deputados, todo o povo mineiro que nos acompanha nesta tarde, colaboradores aqui da Assembleia Legislativa!

Quero fazer um destaque aqui especial para todos os idosos e todas as idosas que nos acompanham. Hoje, dia 1º de outubro, é Dia do Idoso, a população que mais cresce no mundo. Felizmente, nós estamos vivendo mais, e conseqüentemente a população idosa está ficando maior, e muitos de nós, da Assembleia, já ocupamos este espaço da pessoa idosa.

Presidente, trouxe alguns dados hoje aqui para repercutir. Essa parcela é importante na nossa população. Sempre que ouvimos falar dessa parcela, lembramos carinhosamente de alguma idosa ou de algum idoso que faz parte da nossa história. Segundo o IBGE, no Brasil, hoje, 13% da população tem mais de 60 anos de idade. Há uma projeção mostrando que, em 2031, haverá mais idosos no Brasil que crianças e adolescentes; e, em 2042, seremos 57 milhões no Brasil – e olha que já estou me incluindo aqui, viu, deputado Alencar; em 2042, serei também idosa e espero poder ainda ter a graça de viver bem essa fase da vida, e é disso que a gente espera que todos os idosos possam desfrutar neste momento.

O grande problema, quando a gente discute a questão do idoso, é que as famílias, a sociedade e o poder público ainda não encontraram as melhores formas de reconhecer, de respeitar e de zelar por essa população. Nós precisamos de uma mudança de cultura, de uma mudança de comportamento porque, infelizmente, os nossos idosos também vêm sofrendo bastante com a nossa cultura de violência, com a nossa cultura de descaso e de falta de cuidado. A pandemia nos revelou diversos aspectos: desde o problema sanitário em si até as diversas formas de violência enfrentadas pelas populações mais vulneráveis, e aqui quero destacar a população idosa – aumentou muito. Os dados mostram um aumento significativo de denúncias de violência contra a pessoa idosa.

Esses são dados do governo federal: 13 milhões de idosos, dos 32 milhões existentes hoje no Brasil, passaram e passam por algum tipo de violência; e nós estamos falando de números que ainda têm uma subnotificação, porque nem todos os idosos nem todos os cuidadores e cuidadoras de idosos nem todos os familiares registram as queixas de violência. E eu quero destacar aqui, presidente, lamentavelmente, que metade dessas agressões são realizadas pelos parentes mais próximos. Olha que absurdo: 52,9% dos casos de violência registrados são cometidos por filhos e filhas; e 7,8% por netos e netas. Olha, os idosos criaram seus filhos, agora criam seus netos e são por eles violentados.

As mulheres idosas são a maior parcela de vítimas. Chegam a mais de 62%. Então todos esses dados me fazem realizar este pronunciamento aqui, trazendo a importância do Dia do Idoso, mas também chamando a atenção da nossa população, porque precisamos, todos, de mãos dadas, cuidar dessa parcela da população. São vários tipos de violência às quais as pessoas idosas estão sujeitas: violência física, violência psicológica, violência sexual, abandono, negligência, abuso financeiro. Pasmem, abuso financeiro é um tipo de violência muito recorrente com os idosos. É aquela em que se apropriam muitas vezes dos recursos e bens por meio de intimidação, por meio de força até judicial, infelizmente. Precisamos coibir esse tipo de situação.

Aqui na Casa, colegas deputados e colegas deputadas, eu apresentei um projeto de lei. É o Projeto nº 86/2019. Ele trata da política estadual de incentivo à profissão de cuidador de idosos, que é, inclusive, uma atividade crescente aqui, no Estado, e que precisa ser reconhecida, valorizada e regulamentada.

Quero aproveitar para fazer um destaque para a Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, e o faço na figura do presidente Jorge Roberto e também da vice-presidente Giovanna. Presidente, eu vi nascer essa instituição. Estive presente acompanhando a fundação dessa associação, no ano de 2006. Foi ali, no auditório da Fumec, numa solenidade muito interessante, em que a pauta dos cuidadores de idosos ainda gerava um tipo de desconfiança ou era percebida como algo menos importante. Tanto o Jorge quanto a Giovanna tiveram, na verdade, uma boa iniciativa de saber que, 14 anos após, estaríamos aqui hoje falando da população que mais cresce no nosso Brasil e no mundo.

Eu quero também, presidente, destacar que nós precisamos investir nas políticas públicas para o acompanhamento dessa população que tanto cresce, preservando o pleno acesso aos seus direitos, como a saúde, o cuidado e a previdência. O Estatuto do Idoso deixa muito claro os direitos desses mineiros e desses brasileiros e brasileiras, direito à dignidade, à educação, ao respeito, ao lazer, ao esporte, ao transporte, à habitação e ao que mais eles precisam.

Quero finalizar, deixando aqui uma saudação a todos os grupos de terceira idade que fazem uma atuação importantíssima com os nossos idosos e as nossas idosas, promovendo momentos de encontro, que, infelizmente, neste momento da pandemia, não estão podendo acontecer. Alguns acontecem remotamente. Todos nós sentimos falta daquele calor humano. Os grupos de convivência são fundamentais para o estímulo à autoestima dessa população. Então quero aqui cumprimentar e parabenizar todos os grupos, especialmente os grupos com os quais já tenho alguma convivência. Acompanhando por enquanto, gente, não como idosa, mas acompanhando, valorizando e respeitando todos que estão lá.

Deixo aqui, então, uma fala convocando toda a nossa sociedade mineira para essa reflexão sobre a importância da nossa população idosa. Convidamos todos para que, juntos, possamos cuidar dessa população, pensando em políticas públicas que são adequadas e necessárias, buscando qualidade de vida também na terceira idade.

Então, presidente, esse é o meu pronunciamento. Deixo aqui um abraço especial para todos os idosos, para todas as idosas, especialmente para o Sr. Jair e para a Dona Marta Célia, meus pais.

Quero também, presidente, para finalizar, saudar e cumprimentar o nosso deputado João Leite pela iniciativa na questão das ferrovias. Quero dizer que essa é uma iniciativa muito importante, que há muito também já acompanho aqui, na Assembleia, na época inclusive em que eu era assessora parlamentar. Acho que essa é uma das iniciativas urgentes para o nosso estado, neste momento.

Deputado Alencar, quero dizer da importância da Loteria. De fato, nós poderíamos estar investindo em políticas públicas recursos que vêm dessa instituição que já foi tão importante em nosso estado e tão geradora de recursos para os fundos das políticas sociais.

Então presidente, muito obrigada. Um abraço a todas as colegas e a todos os colegas, e nos encontramos aí, nas próximas semanas.

O presidente – Um grande abraço, deputada Ana Paula Siqueira.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do Item 2.5 do Acordo de Líderes publicado no *Diário do Legislativo* de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os Requerimentos n°s 6.274/2020, do deputado Betão, 6.276/2020, da deputada Ione Pinheiro, 6.279/2020, da deputada Andréia de Jesus, e 6.282/2020, das deputadas Beatriz Cerqueira, Leninha, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Marília Campos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 6.367, 6.369 e 6.371/2020, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Saúde – aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária, em 30/9/2020, dos Requerimentos n°s 4.875/2020, da deputada Delegada Sheila, 4.920 e 5.722/2020, do deputado Duarte Bechir, 4.973/2020, da Comissão do Trabalho, 5.311/2020, do deputado Noraldino Júnior, 5.487 e 5.492/2020, do deputado Douglas Melo, 5.507/2020, da deputada Ione Pinheiro, 6.050/2020, do deputado Gustavo Mitre, e 6.057/2020, do deputado Cristiano Silveira; e

dos Direitos da Mulher – aprovação, na 5ª Reunião Extraordinária, em 1º/10/2020, do Requerimento n° 4.917/2020, da deputada Marília Campos (Ciente. Publique-se.).

#### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 900/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n° 2.090/2020 (Arquive-se o projeto.).

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 6, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– a ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 6/10/2020.). Levanta-se a reunião.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2020**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Doorgal Andrada, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/10/2020, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/10/2020, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.102/2015, do deputado Elismar Prado, 5.159/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, 1.373/2019, do deputado Raul Belém, e 2.089/2020, do deputado Arlen Santiago, de votar, em turno único, o Requerimento nº 6.309/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2020.

João Magalhães, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 1º/10/2020, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de José de Castro Rezende, ocorrido em 30/9/2020, em Esmeraldas. (– Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 28/9/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 5/10/2020, Douglas Macaly de Melo Lima, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Lorena Keith dos Santos Souza, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

exonerando Samuel Clever Tavares Simim, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Ezequiel Lucas Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 5/10/2020, Vera Lúcia Fátima de Castro Assis da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Escola do Legislativo – Gerência de Coordenação Pedagógica;

designando Leandra Martins de Oliveira para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Escola do Legislativo – Gerência de Coordenação Pedagógica.

## AVISO DE LICITAÇÃO

### Pregão Eletrônico nº 057/2020

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 142/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 21/10/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 2 de outubro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



## ERRATAS

### ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/9/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/10/2020, na pág. 13, sob o título “Leitura de Comunicações”, na comunicação da Comissão de Administração Pública, onde se lê:

“Requerimento nº 5.467/2020”, leia-se:

“Requerimento nº 5.647/2020”.

### ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/9/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/10/2020, nas págs. 11 e 12, sob o título “Requerimentos”, no despacho dos Requerimentos nºs 6.358 e 6.359/2020, onde se lê:

“(– À Mesa da Assembleia.)”, leia-se:

“(– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/10/2020, na pág. 32, onde se lê:

“exonerando Ezequiel Lucas Alves”, leia-se:

“exonerando, a partir de 5/10/2020, Ezequiel Lucas Alves”.

**PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL****EDITAL Nº 2/2020 – PROJETO “MINAS ARTE EM CASA” – 300 ANOS DE MINAS GERAIS****RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/10/2020, na pág. 33, na tabela “RECURSOS APRESENTADOS”, em “MODALIDADE II – VIDA CULTURAL”, acrescente-se o seguinte:

“89086	Fábio Barbosa de Oliveira	DEFERIDO”.
--------	---------------------------	------------

E, na pág. 34, na tabela “INSCRITOS ELIMINADOS”, em “MODALIDADE II – VIDA CULTURAL”, exclua-se o seguinte:

“89086	Fábio Barbosa de Oliveira”.
--------	-----------------------------